

DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries . . .	Ano 240\$
A 1. ^a série . . .	90\$
A 2. ^a série . . .	80\$
A 3. ^a série . . .	80\$
	Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio
Semestre . . .	130\$
	48\$
	43\$
	43\$

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2850 a líbra, acrescido do respectivo imposto do sétio. Os anúncios a que se referem os §§ 1.^º e 2.^º do artigo 2.^º do decreto n.^º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «*Diário do Governo*» que não tragam apostila a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo sêlo branco.

SUMÁRIO

Ministério da Justiça:

Decreto-lei n.^º 32:637 — Introduz alterações no modelo do bilhete de identidade aprovado pelo § único do artigo 418.^º do Código do Registo Civil.

Ministério das Finanças:

Decreto-lei n.^º 32:638 — Determina que continuem suspensas as disposições dos artigos 48.^º a 55.^º do decreto-lei n.^º 15:289, que reorganiza os serviços de contribuição predial rústica e urbana — Considera anulados os contratos de arrendamento efectuados ao abrigo do disposto do artigo 54.^º e seus parágrafos do referido diploma, mantendo-se os que vigoravam anteriormente, bem como os despejos ordenados ao abrigo do § 2.^º daquele artigo, desde que se não tenham ainda efectuado.

(5.^a página)(6.^a página)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Decreto-lei n.^º 32:637

Sendo necessário introduzir no modelo do bilhete de identidade aprovado pelo § único do artigo 418.^º do Código do Registo Civil as modificações aconselhadas pela prática, assim como actualizá-lo em harmonia com a legislação posterior àquele diploma;

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.^º 2.^º do artigo 109.^º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Os bilhetes de identidade serão passados de futuro conforme o modelo anexo a este decreto-lei.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Janeiro de 1943. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

(1.^a página)

REPÚBLICA PORTUGUESA

(République Portugaise — The Portuguese Republic)

A VERBAMENTOS

(Enregistrement — Registration)

Esta página é reservada à inscrição de regalias ou isenções especiais, autenticadas por quem de direito.



ARQUIVO DE IDENTIFICAÇÃO

(Bureau d'Identification — Identification Office)

BILHETE DE IDENTIDADE

(Carte d'Identité — Identity Card)

27.^º _____ -A

Nome (Nom et prénoms — Name and surname)

Fili... de (Fil ... de — Son of, Daughter of)

Este bilhete leva o sêlo branco do Arquivo de Identificação sobre a fotografia do portador e sobre a assinatura do Director. — Cette carte porte le timbre sec du Bureau d'Identification, apposé sur la photographie du porteur et sur la signature du Directeur. — This card bears the embossed Seal of the Identification Office on the bearer's photograph and over the Director's signature.

(2.ª página)

Natural de (Lieu de naissance — Birthplace)

Data do nascimento (Date de naissance — Date of birth)

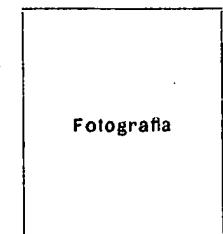
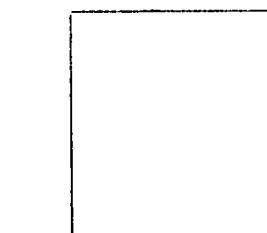
Profissão (Profession)

Estado civil (État civil — Condition)

Nacionalidade (Nationalité — Nationality)

Residência (Résidence — Residence)

(3.ª página)

*Impressão do* _____*Empreinte* _____*Print of the* _____

(4.ª página)

SINALÉTICA

(Signalment — Description)

Altura (Taille — Height) _____*Olhos* (Yeux — Eyes) _____*Sinais particulares* (Signes particuliers — Special peculiarities) _____*é válido até* _____ *Fóste bilhete**Lisboa, _____ de _____ de 1942***Assinatura do Director do Arquivo**
(Signature du Directeur — Signature of the Director)**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

Decreto-lei n.º 32:638

O decreto-lei n.º 15:289, de 30 de Março de 1928, que reorganizou os serviços da contribuição predial, permitiu o aumento de rendas e criou a caderneta predial e o Fundo nacional de construções e rendas económicas, cuja execução, na parte relativa a este Fundo, ficou dependente de regulamentação, nos termos do artigo 58.º

Pelo que respeita à contribuição predial rústica o decreto-lei n.º 16:731, de 13 de Abril de 1929, substituiu e regulamentou algumas das disposições daquele decreto-lei, ao mesmo tempo que suspendeu as restantes; quanto à propriedade urbana, e pelo que se refere a aumento de rendas, mantiveram-se as respectivas disposições, exceptuadas as dos artigos 30.º e 55.º, mais tarde suspensas pelo decreto n.º 15:315, de 4 de Abril de 1928, ficando naturalmente condicionado à regulamentação das disposições relativas àquele Fundo o regime previsto no artigo 54.º

E como esta regulamentação nunca se fez, resulta necessariamente a impossibilidade de conhecer quais os prédios construídos nas expressas condições deste artigo com direito a subsídio, o que, todavia, não tem obstado a que ao abrigo das suas disposições se tenham nalguns

casos abusivamente aumentado as rendas ou promovido os despejos logo que se extingue o prazo de validade dos contratos de arrendamento.

Convém à boa execução da lei que todas as disposições relativas ao supracitado Fundo entrem em vigor simultaneamente e só depois de alcançados integralmente os objectivos em vista.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Continuam suspensas as disposições dos artigos 48.º a 55.º do decreto-lei n.º 15:289, de 30 de Março de 1928, até à regulamentação prevista no artigo 58.º do mesmo diploma.

Art. 2.º Consideram-se anulados os contratos de arrendamento efectuados ao abrigo do disposto no artigo 54.º e seus parágrafos do citado decreto-lei, mantendo-se os que vigoravam anteriormente, bem como os despejos ordenados ao abrigo do § 2.º daquele artigo, desde que se não tenham ainda efectivado.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Janeiro de 1943. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Caeiro — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.